



A Assembléia de São Paulo já trabalha há um mês e recolhe sugestões para sua nova Constituição. No Pará, no entanto, depois de um seminário, no ano passado, nada mais foi realizado pelos deputados estaduais. Os 54 deputados paranaenses, empossados este ano, já assumiram como constituintes estaduais e na Bahia os trabalhos começam esta semana.

PARÁ

SÃO PAULO

Problemas interrompem trabalhos

SERGIO PALMQUIST
Correspondente

Belém — A reformulação da Constituição estadual do Pará, diante da nova Constituição Federal, foi motivo de um seminário realizado na legislatura passada, com a participação de diversas entidades que se reuniram em 1986 para levantar subsídios que pudessem orientar os parlamentares. De lá para cá, foi criada uma comissão para organizar as propostas dos deputados estaduais do Pará para a Assembléia Nacional Constituinte e ao mesmo tempo elaborar estudos para a nova Constituição estadual.

A Assembléia Legislativa do Pará subscreveu, através de seu presidente, a carta de Ouro Preto, iniciativa dos presidentes das assembleias legislativas do País, sugerindo que conste na Constituição Federal a autonomia para que as assembleias estaduais passem a ter poderes constituintes, o que caracterizaria uma verdadeira federação. Mas a preocupação com a elaboração de uma nova Constituição estadual ainda não começou a fazer parte do dia a dia dos parlamentares, preocupados atualmente com o anteprojeto de lei enviado à Assembléia pelo governador Hélio Gueiros modificando o atual estado de cargos e salários no Pará e com a divulgação das extensas listas de marajás colocadas a público pelo órgão de processamento de dados do estado.

Pelo anteprojeto de cargos e salários enviados à apreciação da Assembléia Legislativa, que tem 30 dias para votar a matéria, o Executivo paraense fere a autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário, o que cria uma polêmica que deve dominar as preocupações dos deputados durante todo o mês.

Comissão ouvirá os constituintes

MARILENA DEGELO
Da Sucursal

São Paulo — A Assembléia Legislativa de São Paulo já se prepara há um mês para redigir a nova Constituição do Estado. Os trabalhos de estruturação da Constituinte estadual, recolhimento de sugestões e acompanhamento dos debates constitucionais a nível federal estão sendo realizados por um grupo de 10 deputados, que representam proporcionalmente as bancadas de todos os partidos.

Na próxima semana, dependendo do acúmulo de projetos a serem votados, o presidente do grupo, deputado Luiz Carlos Santos (PMDB), está organizando uma série de seminários com constituintes federais para debaterem na Assembléia Legislativa as propostas de interesse do Estado e Municípios.

O primeiro convidado é o senador José Richa, relator da Comissão de Organização dos Estados. O senador Mário Covas também já aceitou participar de debate sobre a reforma tributária na Constituinte e a questão do federalismo. Outro deputado constituinte que comparecerá é o ex-secretário de Planejamento do Estado, José Serra, para falar sobre a destinação de recursos aos Estados.

A principal preocupação do grupo de trabalho dos deputados estaduais paulistas, por enquanto, é influir na Constituição Federal para conquistar a maior margem possível de autonomia para os Estados. Para que o Legislativo estadual possa atuar tanto, foi realizada em abril a primeira audiência pública da Subcomissão de Direitos Políticos do Congresso Constituinte, na Assembléia Le-

gislativa de São Paulo.

O presidente da assembleia, Luiz Máximo, acredita que os trabalhos desse grupo só deslançarão depois de promulgada a Constituição Federal, de acordo com o que dispõe a nova Carta. "Se a Constituição Federal, respeitando os princípios do verdadeiro federalismo, reservar maior autonomia política e administrativa aos Estados-membros, o debate na Assembléia Legislativa terá maior importância", acredita Máximo.

MUDANÇAS

Os 84 deputados estaduais pretendem mudar totalmente a constituição de São Paulo, ampliando as prerrogativas da Assembléia e retirando as restrições à apresentação de determinados projetos e matérias. Inclusive, possibilitando a participação do Legislativo na elaboração do orçamento. Querem também assegurar aos Municípios a competência para elaborar as suas próprias leis orgânicas.

Para o deputado Luiz Carlos Santos, a maior aberração da atual Constituição estadual está no decurso de prazo, que considera um entulho autoritário. O deputado José Disceu, do PT, membro do grupo de trabalho, defende que na nova Carta do Estado o Legislativo tenha poder de fiscalizar as secretarias de Governo. Além disso, acredita que o Estado deve ter autonomia processual tanto civil como criminal.

A bancada petista também influirá para que a Constituição de São Paulo abra maior espaço para a participação popular, controlando e fiscalizando os serviços públicos. Defendem ainda que seja incluída a iniciativa legislativa popular.

BAHIA

Propostas prevêem até jogo livre

ANTONIO SAMPAIO
Correspondente

Salvador — Os trabalhos da Comissão Pró-Constituinte da Bahia só começaram na última quarta-feira, e a maior preocupação do presidente da Comissão, deputado estadual Luis Leal (PMDB), é com o prazo para levantamento das sugestões e apresentação das propostas às subcomissões da Constituinte, que termina no dia 30.

Além das sugestões que serão colhidas junto a diversos segmentos da sociedade, Luis Leal quer realizar em Salvador, nos dias 28, 29 e 30 próximos, um congresso nacional de deputados estaduais, quando seria tirado um documento envolvendo todas as questões que afligem os Estados.

"Hoje nós dispomos apenas de resíduos de direitos e esta situação, é evidente, não pode continuar com a nova Constituição. Então, no Congresso vão colocar em debate a necessidade de ampliação dos nossos direitos, com um documento que será entregue ao presidente da Constituinte. Ulysses Guimarães, que deverá participar do encerramento do encontro", explicou Leal.

Para agilizar os trabalhos da Comissão Pró-Constituinte, Luis Leal preferiu não designar subcomissões. Além disso, sugeriu à presidência da Assembléia Legislativa que parte das reuniões ordinárias da Casa fosse transformada em reuniões para debate da Constituinte, "pois do contrário não haveria tempo para que a Bahia participe de uma maneira mais ampla da formação da Constituinte".

Algumas propostas, porém, já começaram a ser encaminhadas, como a do deputado Raimundo Sobreira (PMDB), tido como um dos mais combativos da assembleia. Sobreira quer a legalização do jogo em todos os níveis na Bahia, com a abertura de cassinos em regiões que ofereçam potencial turístico, como Porto Seguro, Chapada Diamantina, São Francisco e litoral norte de Salvador.

Sobreira reconhece que a proposta é polêmica, mas a legalização do jogo seria, a seu ver, uma poderosa arma para se promover o desenvolvimento econômico e social de diversas regiões. A condição proposta pelo deputado: toda a renda do jogo seria empregada exclusivamente em obras sociais.

MATO G. DO SUL

Emenda já permite promover adaptação

ADILSON TRINDADE
Correspondente

Campo Grande — A Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul aprovou, na quinta-feira última, emenda constitucional das bancadas do PTB e PDS que visa atribuir poderes constituintes à assembleia estadual, cuja incumbência essencial será de adaptar a Constituição do estado aos preceitos promulgados pela Assembléia Nacional Constituinte.

Segundo o líder do PTB, deputado Walter Carneiro, as disposições contidas pelo projeto e que deverão ser incluídas "em nosso texto constitucional vigente possibilitarão estabelecer as novas disposições constitucionais em Mato Grosso do Sul, a fim de deixá-lo em perfeita consonância com as normas a serem estabelecidas na Constituição Federal".

Carneiro ressaltou que existe discórdia doutrinária nos meios jurídicos do País acerca do alcance e da própria conceituação do poder constituinte estadual, negando-lhes alguns o caráter constituinte, dadas as limitações a que está sujeito, ao passo que outros aceitam-no como qualificativos, tais como: "subalterno",

"de segundo grau", "secundário", "subordinado", "derivado", ou "condicionado".

E pacífico, porém, o entendimento de que o estado, somente ele, tem competência para se auto-organizar, desde que o faça com estrita observância dos princípios constitucionais vigentes, limitadores de sua capacidade organizatória, imposto pela União.

Esses princípios, segundo lição de José Afonso da Silva, acentuou o líder do PTB, circunscrevem a atuação do constituinte estadual e podem ser discriminados em três grupos: princípios constitucionais sensíveis; princípios constitucionais federais extensíveis; e princípios constitucionais estabelecidos.

Os princípios constitucionais sensíveis estão enunciados no artigo 10, VII da Constituição Federal e constituem o cerne da federação; os princípios federais extensíveis traduzem regras organizacionais da União, cuja adoção é obrigatória pelos estados. Quanto aos princípios constitucionais estabelecidos, por não estarem explicitados, reclamam pesquisa dos princípios fundamentais que inspiram a Constituição Federal e que, por isso mesmo, também não podem ser violados pelo constituinte estadual.

PARANÁ

Primeiro (e único) passo foi dado cedo

PEDRO FRANCO
Da Sucursal

Curitiba — Os 54 deputados estaduais paranaenses eleitos no último dia 15 de novembro assumiram seus mandatos investidos também na condição de "constituintes estaduais", conforme o disposto no último dos 160 artigos que compõem a Constituição do Estado do Paraná. Ele foi aprovado no dia 27 de novembro do ano passado, a partir de um projeto de emenda constitucional apresentado à Assembléia Legislativa pelo então governador João Elísio Ferraz de Campos. Permitindo com isso, ao Paraná, sair à frente de outros Estados nos preparativos para adaptar sua Constituição à futura Carta Federal. Foi o

primeiro passo e, também, praticamente o único até aqui.

O artigo 160 da Constituição paranaense estabelece que, tão logo seja promulgada a nova Constituição federal, a Assembléia Legislativa indicará uma comissão de 15 deputados, observada a proporcionalidade das bancadas, para redigir e apresentar ao plenário um projeto de nova Constituição estadual. O deputado estretante Nereu Massignan, do PMDB, acha que apenas uma comissão de 15 deputados é pouco para esta tarefa, e apresentou nova emenda constitucional, atualmente em tramitação, transformando toda a Assembléia Legislativa em constituinte. Isso é tudo que a Assembléia paranaense já fez com vistas à sua futura constituinte.

MARANHÃO

Discussões juntam povo e deputados

RAIMUNDO BORGES
Correspondente

São Luís — Através de projeto de resolução da mesa diretora, a Assembléia Legislativa do Maranhão criou sua comissão parlamentar pré-constitucional, envolvendo os deputados e segmentos da comunidade. O presidente da Assembléia, deputado Ricardo Murad, pretende pôr em funcionamento, a partir da próxima semana, as oito comissões setoriais, compostas pelos deputados, e as 22 subcomissões, integradas por parlamentares e entidades representativas do povo.

Segundo Ricardo Murad, um dos pontos mais importantes do projeto pré-constitucional é que nas subcomissões os diferentes segmentos sociais serão chamados a participar diretamente das discussões, além de apresentarem sugestões aos deputados de cada comissão setorial. O projeto já foi aprovado pelas comissões técnicas da Casa e a partir desta semana entrará em funcionamento.

AGILIDADE

O presidente da Assembléia Legislativa garante que muita coisa será alterada na atual Carta Constitucional do Maranhão, tornando-a um instrumento jurídico mais ágil no funcionamento dos poderes institucionais e dando-lhes competências mais definidas, o que não ocorre no presente. Ele acha que há necessidade urgente de serem modificados os mecanismos que atrelam os poderes Legislativo e Judiciário ao Executivo, prejudicando o melhor desempenho de suas funções.

Pela nova proposta, os poderes Judiciário e Legislativo vão poder adquirir sua autonomia financeira, administrando diretamente seus orçamentos, bem como os municípios, que sofrem pela falta dessa independência econômico-financeira. A nova Constituição será definida em suas linhas gerais quando a Constituinte estiver definindo a Carta Magna do País.

Mas na parte de detalhamento, teremos uma Carta estadual de acordo com a realidade do Maranhão e os desejos de sua população — afirma o deputado Ricardo Murad. Ele classifica como um absurdo a assembleia não ter nenhuma participação na elaboração do orçamento do Governo, sugerindo as prioridades na aplicação das verbas públicas.

Sears

Conjuntos estofados Ambiente e Embaixador. Revestimento em couro legítimo, tingimento especial exclusivo, estofamento em espuma maciça, com almofadas de assento soltas.

À vista 49.000,00
ou entrada de 12.250,00 mais 3 iguais de 12.250,00 total a prazo 49.000,00

EXCLUSIVIDADE Sears COURO LEGÍTIMO EXPORT

Poltrona Pegaso. Em cerejeira maciça, estilo contemporâneo. À vista 4.990,00

TODA A LINHA DE MÓVEIS E COLCHÕES EM 4 PAGAMENTOS IGUAIS PELO PREÇO À VISTA (1+3)

GRANDE VENDA DE MÓVEIS E DECORAÇÃO

Estas ofertas são válidas até 23/05/87 ou antes, se acabar nosso estoque, retornando ao preço máximo de venda ao consumidor (PMVC) após este período, conforme portaria 18 da SUNAB.

Satisfação garantida ou seu dinheiro de volta. **Sears**